

ETP - Estudo Técnico Preliminar

Lei nº 14.133/2021

As orientações para elaboração do ETP se encontram em [FORMULÁRIOS](#) no Canal do Gestor de Contrato.

A ausência de informações nos itens não obrigatórios deverá ser devidamente justificada.

ETP - Estudo Técnico Preliminar

Lei nº 14.133/2021

1. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

A unidade requisitante é o **NURCA – Núcleo de Registros e Controle de Acesso**.

A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do TJDFT para o exercício de 2025, como renovação, vinculada à autorização -3947552 (PA SEI nº 0010872/2024), item/código SESI_013 do PCA, com estimativa orçamentária de R\$ 126.884,66.

Responsáveis pelo preenchimento do Estudo Técnico Preliminar: Norton Maxwell de Carvalho, matrícula 313518, e Tiago de Britto Veiga, matrícula 319627.

2 - FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO/PROBLEMA A SER RESOLVIDO

O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) demanda, de forma contínua e permanente, a contratação de serviços especializados de chaveiro para assegurar a segurança física, a integridade patrimonial e a disponibilidade de acessos em suas unidades, distribuídas em múltiplas Regiões Administrativas do Distrito Federal. Essa necessidade abrange a execução de atividades essenciais como abertura técnica, manutenção, reparo, regulação e substituição de fechaduras, chaves, cilindros, cadeados e demais dispositivos de travamento, bem como o atendimento a situações emergenciais que impeçam ou restrinjam o acesso a ambientes de trabalho e áreas sensíveis.

Na situação atual, a inexistência (ou insuficiência) de um atendimento contratado de forma estruturada, padronizada e fiscalizável potencializa riscos operacionais e de segurança, sobretudo porque a demanda ocorre tanto em rotinas quanto em emergências, com criticidades distintas e necessidade de resposta rápida. Em demandas rotineiras, são recorrentes ocorrências como desgaste e desalinhamento de fechaduras, necessidade de confecção de chaves adicionais por rotatividade de pessoal e reconfiguração de ambientes, além de ajustes preventivos para evitar falhas futuras. Quando esses atendimentos não se realizam de modo tempestivo e com padrão técnico, setores passam a operar com acessos improvisados ou inseguros, o que eleva a probabilidade de vulnerabilidades, falhas no controle de acesso e exposição do patrimônio.

Em situações emergenciais, os efeitos são ainda mais severos, pois podem envolver travamento súbito de portas em áreas estratégicas (gabinetes, salas de audiência, arquivos e ambientes com documentação sensível), perda ou quebra de chaves que inviabilize o início de atividades administrativas e jurisdicionais, ou impedimento de acesso a salas técnicas (ambientes com infraestrutura crítica e apoio ao funcionamento das unidades). Tais eventos, quando não tratados com celeridade e técnica adequada, podem interromper rotinas finalísticas, provocar atrasos no atendimento ao público, comprometer a continuidade de atos processuais e gerar impactos negativos à imagem institucional, além de ampliar riscos de segurança patrimonial e de integridade de informações e bens.

As consequências da ausência de atendimento adequado se materializam em três dimensões principais. No funcionamento institucional, podem ocorrer paralisações de atividades finalísticas, indisponibilidade de ambientes administrativos e técnicos, aumento de vulnerabilidade patrimonial por falhas em mecanismos de travamento e risco à integridade de documentos sensíveis, especialmente em áreas de arquivo. No plano operacional e administrativo, a falta de padronização tende a gerar retrabalho, desperdício de materiais,

dificuldade de fiscalização e perda de rastreabilidade quando não há Ordem de Serviço (OS) com diagnóstico e registro técnico, além de deslocamentos improvisados e não planejados para tentar sanar emergências. No aspecto financeiro, somam-se custos indiretos decorrentes de atrasos, interrupções, substituições mal justificadas e trocas desnecessárias de peças, inclusive com impacto ambiental associado ao aumento de resíduos.

Diante desse contexto, a contratação se justifica para garantir atendimento tempestivo e previsível em rotinas e emergências, assegurando a continuidade operacional do TJDF, a integridade e segurança do patrimônio e o controle de acessos físicos, com padronização de procedimentos, critérios técnicos de substituição, registros formais e rastreabilidade para fins de fiscalização, auditoria e prestação de contas.

Com a contratação, espera-se assegurar a disponibilidade e segurança dos acessos físicos, preservar a continuidade dos serviços judiciais e administrativos, reduzir riscos e retrabalho, padronizar registros e critérios de aceite, minimizar desperdícios (inclusive com gestão de resíduos e destinação adequada) e aprimorar a previsibilidade orçamentária e o controle administrativo sobre serviços e materiais empregados, em alinhamento ao planejamento estratégico e às diretrizes de sustentabilidade institucional.

3 - ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

A contratação de serviços de chaveiro está alinhada ao Plano Estratégico do TJDF 2021–2026, que organiza a estratégia institucional em três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Recursos) e define objetivos voltados à excelência, segurança e eficiência do Tribunal.

A prestação jurisdicional célere, transparente e ética (missão) e o compromisso de ser modelo de excelência (visão) dependem de condições materiais mínimas de funcionamento contínuo das unidades, incluindo controle de acesso, segurança patrimonial e disponibilidade de ambientes críticos (salas de audiência, gabinetes, arquivos, áreas técnicas).

Além disso, a contratação reforça valores institucionais expressos no PE, especialmente inovação, efetividade, sustentabilidade, integridade e transparência, ao prever padronização, rastreabilidade por OS, controle e indicadores de execução e requisitos verificáveis de sustentabilidade.

Alinhamento às Perspectivas e Objetivos Estratégicos do PE 2021–2026:

(A) Perspectiva “Processos Internos” — Segurança, eficiência e governança

PI.8 — Incrementar as políticas e os processos de segurança

A contratação contribui diretamente para o objetivo estratégico de incrementar políticas e processos de segurança, ao assegurar a integridade e a confiabilidade dos mecanismos de travamento e controle de acessos físicos, reduzindo vulnerabilidades (ex.: fechaduras danificadas, chaves extraviadas, aberturas improvisadas) e permitindo resposta rápida a incidentes de acesso.

A contratação de chaveiro é elemento operacional dessa infraestrutura: garante que portas, fechaduras e dispositivos de travamento funcionem adequadamente, evitando interdições, improvisos e exposição a riscos (patrimoniais e ocupacionais).

A contratação também se conecta às estratégias de otimizar custos de manutenção e conservação predial e de aperfeiçoar a utilização dos espaços físicos, pois o controle de acessos reduz danos, minimiza substituições desnecessárias e evita indisponibilidade de ambientes.

PI.6 — Promover a inovação e a eficiência na gestão

O PE define como estratégia aprimorar a gestão de contratações e otimizar a gestão de materiais. A contratação de chaveiro, estruturada com OS padronizada, critérios técnicos de substituição, relatórios e indicadores (tempo de resposta, reincidência, consumo de peças), melhora a previsibilidade, reduz retrabalho e induz eficiência operacional.

Inovações aplicáveis e compatíveis com esse objetivo incluem:

- registro digital de OS;
- relatórios gerenciais por unidade e por tipo de ocorrência;
- gatilhos de manutenção preventiva a partir de histórico de falhas;
- checklist de aceite (serviço/peças/resíduos), fortalecendo a fiscalização.

Alinhamento ao PCA e ao Plano de Logística Sustentável

A contratação encontra-se prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do TJDF para o exercício de 2025, como renovação, vinculada à autorização - 3947552 (PA SEI nº 0010872/2024), item/código SESI_013 do PCA, com estimativa orçamentária de R\$ 126.884,66. Tal previsão evidencia o alinhamento com o planejamento institucional e a priorização para assegurar a continuidade operacional e a segurança física e patrimonial do Tribunal, considerando a existência de mais de 40 (quarenta) edificações/unidades distribuídas no Distrito Federal.

No âmbito do Plano de Logística Sustentável (PLS) do TJDF 2021–2026, a contratação permanece alinhada ao Tema “Aquisições e Contratações”, contribuindo para o aumento do Percentual de Aquisições e Contratações Sustentáveis (indicador PCS) e observando as Diretrizes de Sustentabilidade 2024/2026, especialmente: (i) a adoção do modelo mais vantajoso e com menor impacto ambiental, mesmo em serviços cuja natureza operacional envolve deslocamentos obrigatoriamente emergenciais (Diretriz 5.2); e (ii) a incorporação de critérios de sustentabilidade e de gestão de ciclo de vida no contrato, assegurando que mesmo atendimentos de caráter exclusivamente emergencial sejam executados com padrões técnicos que reduzam impactos ambientais (Diretriz 5.3).

Nessa perspectiva, a contratação de serviços de chaveiro contribui de forma positiva para as metas e diretrizes do PLS, na medida em que tem o potencial de: (a) reduzir desperdícios e retrabalho ao condicionar qualquer substituição de peças a diagnóstico técnico e ao registro formal em Ordem de Serviço (OS), priorizando materiais de maior durabilidade; (b) fortalecer a gestão ambientalmente adequada de resíduos ao prever o recolhimento obrigatório, a segregação e a destinação final ou reciclagem de componentes metálicos, plásticos e embalagens resultantes das ocorrências atendidas; e (c) limitar o impacto logístico e emissões associadas ao serviço, uma vez que não há deslocamentos rotineiros ou preventivos, apenas aqueles estritamente necessários para o atendimento emergencial — o que, combinado ao uso de OS digital e à exigência de materiais mais duráveis, pode reduzir significativamente o número potencial de viagens ao longo da vigência contratual.

No tocante aos resíduos gerados, o PLS possui metas de destinação para reciclagem de resíduos, incluindo plásticos e metais, no Tema “Gestão de Resíduos Sólidos”, o que dialoga diretamente com a substituição de peças metálicas (cilindros, fechaduras, trincos) e embalagens inerentes ao serviço. Assim, os requisitos de sustentabilidade descritos neste ETP e detalhados no TR/contrato deverão assegurar segregação e destinação ambientalmente adequada dos resíduos, com comprovação documental, contribuindo também para o monitoramento institucional do cumprimento das ações do PLS (PI.5.4.1).

4 - DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação contempla a prestação de serviços de chaveiro sob demanda, dimensionada para atender às necessidades rotineiras e emergenciais do TJDF. O modelo de execução deve assegurar padronização técnica, rastreabilidade plena e, sobretudo, a estrita observância à segurança institucional, dado o impacto direto do objeto no controle de acesso a áreas sensíveis e na integridade do sistema de chaves mestras do Tribunal.

4.1. Requisitos Técnicos e Operacionais

Escopo de Atuação: Abertura técnica, destravamento e remoção de dispositivos (fechaduras, cilindros e cadeados) com emprego de técnicas não destrutivas, priorizando a integridade de portas e ferragens. Inclui manutenção preventiva/corretiva, regulação e confecção de chaves.

Qualidade dos Insumos: Como requisito de durabilidade e segurança, as chaves deverão ser confeccionadas em latão ou ligas metálicas de alta resistência, com acabamento niquelado ou cromado, compatíveis com os perfis de cilindros de alta segurança utilizados no Tribunal. As fechaduras e cilindros devem seguir normas da ABNT (NBR 14913) e possuir certificação de resistência e grau de segurança compatível com o tráfego institucional.

Capacidade Geográfica: Disponibilidade para atendimento simultâneo em múltiplas unidades do DF, garantindo a uniformidade dos procedimentos em toda a estrutura do Tribunal.

4.2. Requisitos de Segurança Institucional e Gestão de Riscos

A natureza do serviço exige a centralização da execução, considerando que envolve o manuseio de mapas de chaves mestras e subníveis de acesso. A fragmentação por lotes ou credenciamento multiplicaria o número de empresas e funcionários com acesso a informações sensíveis, elevando o risco de vazamentos, cópias indevidas ou fraudes. O requisito de centralização reduz a superfície de eventuais ataques.

Unicidade de Padrões: Exige-se um controle unificado sobre o histórico de intervenções e a guarda de segredos de cilindros, evitando que diferentes fornecedores alterem o sistema de mestragem sem coordenação central.

Sigilo e Credenciamento: O fornecedor deverá apresentar relação nominal de técnicos. É vedada a retenção de qualquer molde, cópia ou informação sobre segredos de fechaduras fora do ambiente da execução.

4.3. Requisitos de Sustentabilidade e Fiscalização (Gestão e Controle)

Gestão por Ordem de Serviço (OS): Cada atendimento deverá ser formalizado via sistema pelo NURCA, registrando as informações pertinentes como descrição do serviço, substituição de peças, se houver, e justificativa técnica para substituições.

Logística Reversa: Como requisito de sustentabilidade, a contratada deve realizar o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de peças substituídas, apresentando mensalmente o comprovante de descarte/reciclagem.

Rastreabilidade: A OS funcionará como instrumento de auditoria para evitar trocas desnecessárias de componentes funcionais, otimizando o gasto público e reduzindo o descarte de resíduos sólidos.

4.4. Níveis de Desempenho (SLA)

A execução será regida por indicadores de tempo de resposta e solução, distinguindo-se:

Chamados Críticos (Emergenciais): Atendimento em áreas restritas, gabinetes ou situações de risco iminente, com chegada em até 02 (duas) horas.

Chamados Rotineiros: Atendimento programado conforme prazos definidos no Termo de Referência.

Garantia: Cobertura mínima sobre serviços e peças, com registro do período de garantia em cada OS para viabilizar chamados de retrabalho sem custo adicional ao erário.

5 – ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Especificação detalhada do serviço/material

(Item obrigatório – art. 18 §1º inc. IV da Lei 14.133/2021)

5.1. Considerando o histórico de consumo de materiais e as quantidades em estoque, ou o histórico dos serviços contratados (ex: posto de trabalho), informe os quantitativos estimados:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
1.	Abertura de Cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviços	54,47	544,75
2.	Abertura de Cadeado Tetra Pado, Gold ou similar.	5	Serviços	90,42	452,125
3.	Abertura de Fechadura de Cofre Mecânico Gold.	10	Serviços	196,08	1960,87
4.	Abertura de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. Modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviços	52,28	1045,75
5.	Abertura de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente.	20	Serviços	62,52	1250,5
6.	Abertura de fechadura de Porta de Vidro Temperado	5	Serviços	88,78	443,93
7.	Abertura de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	82	Serviços	73,98	6066,97
8.	Abertura de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar.	20	Serviços	65,32	1306,4
9.	Conserto de fechadura de cofre com Senha Mestra, marca Gold ou similar.	10	Serviços	208,92	2089,25
10.	Conserto de Fechadura de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	5	Serviços	133,33	666,68
11.	Conserto de Fechadura de Gaveteiro com Fornecimento de peça se for necessário. modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema destravamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviços	60,77	303,87
12.	Conserto de Fechadura de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), com fornecimento de peça se for necessário. modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Gold, Soprano, Papaiz ou similar.	5	Serviços	45,75	228,75
13.	Conserto de Fechadura de Porta das marcas Assa Abloy, Imab, Gold ou similar, com Fornecimento de peça se for necessário.	20	Serviços	68,21	1364,25
14.	Conserto de Fechadura Tetra e Tetra em X marcas Jas, Gold ou similar, com fornecimento de peça se for necessário.	10	Serviços	72,56	725,62
15.	Conserto de fechadura de porta em vidro temperado	15	Serviços	72,98	1094,81
16.	Cópia de Chave de Cofre Mecânico, marca Gold ou similar.	5	Serviços	160,68	803,43
17.	Cópia de Chave plana La Fonte, Imab, Arouca, Papaiz, Stam, Soprano ou similar.	1288	Serviços	16,37	21084,56
18.	Cópia de Chave Tetra Gold, Stam ou similar.	85	Serviços	32,68	2778,43
19.	Extração de Chave Quebrada	15	Serviços	39,78	596,81
20.	Fechamento de portas com fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	15	Serviços	93,32	1399,8
21.	Fechamento de portas com fechadura tetra Stam, Gold ou Similar.	10	Serviços	139,11	1391,12
22.	Fornecimento e instalação de fechadura completa para gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold e Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviços	128,11	1921,68

23.	Fornecimento e instalação de fechadura completa de Porta de Armários (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, acompanhado de 2 chaves.	15	Serviços	138,56	2078,43
24.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Assa Abloy, acompanhada de 2 chaves.	20	Serviços	353,85	7077
25.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples La Fonte ou similar, acompanhada de 2 chaves	10	Serviços	375,03	3750,37
26.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples Imab ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviços	375,5	3755,00
27.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples ou similar, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviços	329,975	3299,75
28.	Fornecimento e instalação de fechadura para Porta de Vidro Temperado, acompanhada de 2 chaves	5	Serviços	321,725	1608,62
29.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples tubular, acompanhada de 2 chaves.	10	Serviços	387,85	3878,5
30.	Fornecimento e instalação de fechadura tetra Stam, Gold ou Similar, acompanhada de 2 chaves.	25	Serviços	231,38	5784,68
31.	Fornecimento e Instalação de fechadura simples para banheiro, estilo tambor cilíndrico com lingueta, com 2 chaves	15	Serviços	264,92	3973,87
32.	Fornecimento e troca de cilindro de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviços	116,25	581,25
33.	Fornecimento e troca de cilindro de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com o fornecimento de 2 chaves.	5	Serviços	98,82	494,12
34.	Fornecimento e instalação de cilindro de Fechadura Simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com o fornecimento de 2 (duas) chaves.	54	Serviços	228,22	12324,15
35.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura de Cofre Mecânico Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	10	Serviços	178,66	1786,62
36.	Fornecimento e troca de cilindro de Fechadura Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	5	Serviços	126,37	631,87
37.	Modelagem de Chave de Cofre Mecânico Gold, ou similar, com fornecimento de 2 chaves	10	Serviços	213,27	2132,75
38.	Modelagem de Chave de Gaveteiro, modelo Tambor cilíndrico, com no mínimo 04 pinos, com sistema de travamento simultâneo das gavetas, a lingueta em chapa de latão, Gold, Soprano, Papaiz ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	46	Serviços	74,08	3407,68
39.	Modelagem de Chave Simples de Cadeado Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviços	43,83	657,56
40.	Modelagem de Chave de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviços	69,35	1040,25
41.	Modelagem de Chave Simples de Porta de Armário (Alto, Médio e Baixo), modelo: A rotação da chave 90° com dois pontos de extração, com haste do tamanho necessário a cada armário, acabamento cromado, Soprano ou equivalente, com fornecimento de 2 chaves.	15	Serviços	76,25	1143,75
42.	Modelagem de Chave Simples de Porta Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar, com fornecimento de 2 chaves.	141	Serviços	75,3	10617,3
43.	Modelagem de Chave Tetra Stam, Gold ou Similar, com fornecimento de 2 chaves	5	Serviços	92,08	460,43
44.	* Taxa de Emergência	60	Serviços	159,05	9543
45.	* Taxa de Serviço Extraordinário	20	Serviços	163,38	3267,75
46.	Troca de segredo numérico de cofre marca Gold, ou similar.	5	Serviços	196,08	980,43
47.	Unificação de segredo de cadeado simples Pado, Gold ou similar.	10	Serviços	43,26	432,62
48.	Unificação de segredo de cadeado Tetra Pado, Gold ou similar	10	Serviços	55,18	551,87

49.	Unificação de segredo de fechadura simples Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	206	Serviços	66,15	13626,9
50.	Unificação de segredo de fechadura tetra Assa Abloy, La Fonte, Imab ou Similar.	20	Serviços	71,46	1429,25
51.	Taxa de Deslocamento x 2 (ida e volta) Anexo I				8604,7
	Valor Total				195907,78

5.2. Apresente as Memórias de Cálculo

A estimativa de quantidades foi elaborada a partir do histórico anual de execução (2023–2025 - SEI 4965947), adotando-se como referência o comportamento do triênio e o pico recente de 2025. Para cada item, utilizou-se o maior valor entre a média do triênio e o volume executado em 2025, com aplicação de margem de contingência diferenciada conforme criticidade (itens recorrentes e de alto volume com folga moderada; itens críticos e de segurança/emergência com folga maior), além de reserva mínima para serviços de baixa frequência e alto impacto operacional. Essa metodologia evita subdimensionamento (especialmente em itens com tendência de alta, como unificação de segredo e emergências) e mantém aderência ao perfil real de demanda observado, conforme tabela histórica e estimativa prevista para 2026.

A seguir está o quadro resumo por grupo (com consolidação anual 2023–2025 e proposta 2026), calculado a partir dos anexos “Tabela de serviços. anos” (histórico) e “Estimativa de quantidades 2026” (proposta).

Grupo	Itens (referência)	2023	2024	2025	Média 23–25	Proposta 2026	% do volume 2026*
Aberturas técnicas (portas, armários, cofres, cadeados)	1–8	54	71	70	65,0	172	7,0%
Consertos / manutenção corretiva (fechaduras, cofres, armários, vidro)	9–15	21	17	53	30,3	70	2,9%
Chaves (cópias, extração e modelagens)	16–19, 37–43	1.144	835	1.420	1.133,0	1.640	66,9%
Fornecimentos, instalações e substituições (inclui fechamentos e trocas de cilindro/fechadura)	20–36	30	63	96	63,0	239	9,7%
Mestragem segredos (troca/unificação)	46–50	47	131	145	107,7	251	10,2%
Taxas e logística de atendimento (emergência, extraordinário, deslocamento)**	44, 45, 51	16	17	41	24,7	80	3,3%

* % do volume 2026 calculado sobre a soma dos quantitativos (itens com unidade “Serviços”).

** Observação: o Item 51 (Taxa de Deslocamento) é valor do Anexo I na planilha 2026 (não é “quantidade de serviços” no sentido operacional), mas foi mantido no grupo por coerência temática (logística).

Detalhamento das Taxas e Condições de Serviço

Além dos serviços executados, incidirão as seguintes taxas:

a) Taxa de Deslocamento

Será paga mensalmente, de forma cumulativa aos serviços prestados. O valor foi estimado com base na distância entre a Sede do Tribunal e cada localidade prevista no Anexo I (se você vai regionalizar, a taxa deve ser adequada por região, não? Por outro lado, do jeito como está, cada licitante poderá ofertar preço adequado para taxa de acordo com a sua região... avaliar) para o cálculo do custo, utilizou-se a média das distâncias de todas as localidades em relação à Sede.

Referência de Cálculo: A distância é contabilizada sempre a partir da Sede do Tribunal.

Base de Preços: Os valores foram obtidos considerando o preço médio da gasolina ([ANP](#)) e o consumo médio urbano de seis

modelos de carros populares ([Carros na Web](#)).

b) Taxa de Emergência

Aplicável aos chamados em que o chaveiro deve comparecer ao local em até 02 (duas) horas.

Cumulatividade: Esta taxa é cumulativa com a Taxa de Deslocamento, mas não pode ser cobrada junto com a Taxa de Serviço Extraordinário.

c) Taxa de Serviço Extraordinário

Destina-se ao acompanhamento do chaveiro em operações da Polícia Judicial do TJDFT ou da Polícia Judiciária, mediante comunicação prévia. O atendimento abrange qualquer horário, incluindo dias úteis, finais de semana e feriados.

Franquia e Excedente: A taxa cobre um período de até 3 horas. Caso esse tempo seja extrapolado, será paga a fração excedente proporcional ao tempo adicional de serviço.

Cumulatividade: Esta taxa é cumulativa com a Taxa de Deslocamento, mas não pode ser cobrada junto com a Taxa de Emergência.

Ressalta-se que a presente contratação adota o modelo de remuneração por preço unitário sob demanda. Nessa modelagem, o Tribunal vincula-se apenas ao pagamento dos serviços efetivamente solicitados, atestados e executados. Portanto, um eventual superdimensionamento nas estimativas de determinados itens não acarreta ônus financeiro ou obrigação de desembolso para a Administração, funcionando estritamente como um limite máximo de contratação. Essa estratégia confere agilidade administrativa ao NURCA, permitindo que o Tribunal esteja preparado para picos de demanda sem que isso gere custos fixos ou pagamentos por serviços não realizados.

[] Os documentos utilizados para o cálculo das quantidades adquiridas foram anexados ao processo. Doc SEI: (SEI nº 4965947)

6. LEVANTAMENTO DE ALTERNATIVAS/SOLUÇÕES NO MERCADO

A partir da pesquisa de mercado e das alternativas admitidas pela Lei nº 14.133/2021 para a contratação de serviços comuns sob demanda, foram identificados modelos de execução capazes de atender à necessidade do TJDFT quanto aos serviços de chaveiro. A análise considerou a variabilidade da demanda (rotina e emergências), a dispersão territorial das unidades e, principalmente, a natureza sensível do objeto — pois envolve acesso físico a áreas restritas, confecção e manuseio de chaves e intervenção em fechaduras e cilindros —, o que exige governança, padronização, rastreabilidade e cadeia de custódia robustas por meio de Ordens de Serviço (OS).

- Como primeira alternativa, avaliou-se a contratação de **serviços de chaveiro por demanda**, com tabela de serviços e medição por preço unitário, em que a remuneração se dá por unidade efetivamente executada (por exemplo, abertura técnica, troca de cilindro, regulagem, cópia/modelagem de chaves), com itens previamente definidos e acionamento formal por OS. Trata-se de modelo tradicional para serviços corretivos e sob demanda, pois oferece flexibilidade para oscilações de volume e permite medição objetiva, desde que o TR estabeleça critérios claros de acionamento, registro e aceite. Nessa modelagem, é possível que peças e materiais sejam fornecidos pela contratada (quando previstos como parte do item/serviço) ou pelo órgão (quando houver estoque ou quando se optar por separar fornecimento de insumos), sem prejuízo da medição por item, desde que a regra esteja expressa e fiscalizável no TR.

- Como segunda alternativa, considerou-se a contratação do **serviço de chaveiro por lotes regionalizados (Agrupamento de RAs)**, com execução por preço unitário. Esta alternativa consiste em estruturar a contratação por lotes geográficos, agrupando Regiões Administrativas (RAs) do Distrito Federal, com o objetivo de aproximar a prestação do serviço das unidades atendidas. Exemplificativamente, poderiam ser definidos lotes por recortes territoriais como “Lote 1 – Brasília/áreas centrais e adjacências”, “Lote 2 – Satélites Sul”, “Lote 3 – Satélites Norte”, “Lote 4 – Entorno operacional do TJDFT”, ou outro agrupamento que reflita o mapa real de unidades e a logística do órgão. A execução permaneceria sob demanda, com acionamento por Ordem de Serviço (OS) e pagamento por preço unitário, conforme tabela de itens (ex.: abertura técnica, troca de cilindro, cópia/modelagem de chave, conserto, unificação de segredo etc.), medidos apenas quando efetivamente executados. Contudo, esse modelo exige uma estrutura operacional robusta de fiscalização para gerir múltiplos contratos e garantir a uniformidade da qualidade técnica em todos os lotes.

- Como terceira alternativa, examinou-se o **contrato por preço global (pacote), com valor fixo** — por exemplo, mensal — para um conjunto de serviços previamente delimitado, eventualmente com franquias e cobrança de excedentes por preço unitário. Embora essa modalidade aumente previsibilidade orçamentária em contextos de demanda estável, sua aderência é mais restrita ao serviço de chaveiro, em razão da variabilidade do corretivo e do risco de: (i) precificação elevada por alocação de incerteza; (ii) ociosidade quando a demanda cair; e (iii) desequilíbrio operacional quando houver picos de ocorrência, especialmente em estruturas com unidades dispersas.

- Como quarta alternativa, avaliou-se a contratação com **posto fixo/dedicação exclusiva, com alocação de profissional em jornada contínua**, hipótese que tende a ser menos vantajosa para este objeto. A demanda típica de chaveiro é intermitente e se distribui entre diversas unidades, o que pode gerar ociosidade e reduzir custo-benefício, além de não resolver adequadamente a dispersão territorial, uma vez que emergências ocorrem em locais distintos e exigem deslocamento. Essa alternativa, em geral, exigiria justificativa muito robusta para superar os riscos de custo fixo e baixa eficiência.

- Por fim, foi considerada a alternativa de **credenciamento de fornecedores por Região Administrativa (RA)**, com habilitação de múltiplos prestadores aptos a atender sob demanda, a partir de regras objetivas (rodízio, proximidade, disponibilidade). Embora essa alternativa possa ampliar capilaridade e reduzir deslocamentos, ela foi analisada com especial cautela por envolver serviço sensível de segurança institucional. Em síntese, credenciamento múltiplo e/ou fragmentação do serviço por lotes eleva significativamente a superfície de risco, pois multiplica empresas e pessoas com potencial acesso a segredos mecânicos, padrões de cilindros, chaves mestras e informações associadas ao controle físico de áreas restritas. Além disso, fragmenta a cadeia de custódia e dificulta auditorias e

responsabilização, podendo comprometer a integridade do sistema de fechaduras do Tribunal e gerar custos maiores no médio prazo (inclusive necessidade de substituição ampla de cilindros e fechaduras em caso de comprometimento).

7. ANÁLISE COMPARATIVA DAS ALTERNATIVAS ENCONTRADAS

A análise do ciclo de vida priorizou a durabilidade e a manutenção corretiva mínima. No uso/operação, estabeleceu-se o critério de "intervenção mínima", onde a abertura técnica deve priorizar métodos não destrutivos para evitar a substituição integral de portas e ferragens (preservação do ativo imobiliário). No descarte, deverá ser prevista a responsabilidade da contratada sobre o passivo ambiental das peças substituídas (metais e polímeros), garantindo que o ciclo se encerre com a destinação final adequada, onerando minimamente a gestão de resíduos do Tribunal.

Foram analisados critérios ou exigências voltados à **proteção ambiental**: logística reversa; uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis; redução de emissão de gases/resíduos, certificações ambientais (ex: ISO 14001, Selo Procel); e racionalização de deslocamentos e otimização de rotas.

Detalhamento das exigências/condições analisadas:

Deverá ser definida a obrigatoriedade da Logística Reversa para todos os componentes metálicos (latão, aço, zamac) substituídos. A contratada deverá comprovar mensalmente o descarte em entidades de reciclagem licenciadas. Além disso, a exigência de materiais novos e originais visa estender o intervalo entre manutenções, reduzindo a necessidade de novos deslocamentos de veículos e, consequentemente, a emissão de CO₂, alinhando-se ao Plano de Ação do PLS do TJDFT.

A análise da vantajosidade da solução considerou aspectos econômicos sustentáveis: Redução de gastos futuros (energia, manutenção, descarte); Vida útil estendida do bem/serviço (durabilidade e reutilização); Eficiência na gestão de recursos (insumos, tempo, mão de obra); Prevenção de danos colaterais ao patrimônio físico.

A vantajosidade econômica sustentável baseia-se na prevenção do desperdício. Ao exigir diagnóstico técnico obrigatório em Ordem de Serviço (OS) antes de qualquer troca, o modelo inibe o consumo desnecessário de insumos. A escolha da solução, conforme defendido anteriormente, também gera eficiência na gestão da mão de obra, pois centraliza o controle de chaves e segredos, evitando custos futuros com "re-mestragem" ou correções de intervenções inadequadas feitas por múltiplos prestadores.

8. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Item obrigatório. Art. 18 §1º inc. VI da Lei 14.133/2021)

8.1. Informar o preço estimado da contratação de acordo com a pesquisa realizada: **R\$ 195.907,78 (cento e noventa e cinco mil novecentos e sete reais e setenta e oito centavos).**

8.2. Definição do método utilizado para a estimativa de preço

Pesquisa realizada através de solicitação de orçamentos e pesquisa na internet, bem como em visitas realizadas às empresas do ramo.

A memória de cálculo e os documentos que lhe dão suporte foram anexados ao processo. Doc SEI 4855235, 4855241, 4855246 e 4937057

9. ESCOLHA E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A análise da necessidade apresentada evidencia a importância de garantir, de forma contínua, a disponibilidade, a integridade e a segurança dos acessos físicos em todas as unidades do TJDFT. Considerando que imprevistos relacionados a fechaduras, chaves, cilindros e dispositivos de travamento podem interromper ou atrasar atividades administrativas e jurisdicionais, **a solução mais adequada consiste na contratação de serviços de chaveiro sob demanda**. Essa contratação deve ser estruturada com execução por preço unitário, acionamento por Ordem de Serviço (OS), definição de níveis de serviço (SLA) proporcionais à criticidade da ocorrência e adoção de lote único com um único prestador, assegurando governança centralizada e controle uniforme sobre todo o ciclo de vida das chaves e fechaduras da instituição.

Sob o ponto de vista técnico-operacional, a execução por preço unitário, vinculada ao registro obrigatório em OS, mostra-se a mais alinhada às necessidades do Tribunal. Esse modelo permite remunerar exclusivamente os serviços efetivamente executados — tais como abertura técnica, conserto, modelagem ou cópia de chaves, unificação de segredos e fornecimento ou instalação de componentes — e exige que cada atendimento seja acompanhado de diagnóstico, justificativa técnica e critérios de aceite. Como consequência, há maior transparência, melhor rastreabilidade e fortalecimento da fiscalização, uma vez que cada despesa está diretamente vinculada a um atendimento documentado e auditável. Além disso, a definição de SLA por criticidade assegura capacidade de resposta adequada ao impacto de cada ocorrência, reduzindo riscos de paralisação de ambientes sensíveis, atrasos em rotinas de trabalho ou vulnerabilidades de segurança física.

Na perspectiva econômica, o modelo de preço unitário demonstra vantagem significativa em relação a alternativas como preço global ou contratação por posto fixo, que tendem a gerar custos desnecessários, ociosidade ou baixa modulação de esforço. O histórico de execução do contrato vigente indica elevada demanda em itens de alta recorrência — especialmente cópia de chaves e unificação de segredos — bem como casos em que a quantidade executada excedeu a previsão original, o que reforça a necessidade de um modelo flexível e ajustado à oscilação real da demanda. A combinação entre medição por item executado, controle via OS e acompanhamento por relatórios e indicadores favorece a previsibilidade orçamentária, evitando tanto subcontratação quanto superdimensionamentos.

No âmbito da sustentabilidade e do ciclo de vida, a solução contratual possibilita transformar impactos ambientais previsíveis em requisitos concretos, verificáveis e fiscalizáveis. Entre esses requisitos, destacam-se a gestão adequada de resíduos — com recolhimento de peças metálicas ou plásticas substituídas, destinação ambientalmente adequada e comprovação documental — e a prevenção de desperdícios, com substituições condicionadas a justificativa técnica registrada em OS. Tais práticas reforçam a

durabilidade dos componentes instalados, reduzem descartes desnecessários e alinham a contratação às metas do Plano de Logística Sustentável (PLS 2021–2026), especialmente no que se refere à reciclagem, minimização de resíduos e redução de emissões associadas ao ciclo de atendimento.

Do ponto de vista institucional, a solução proposta reforça objetivos do Plano Estratégico 2021–2026 ao fortalecer políticas de segurança, eficiência e inovação, por meio de procedimentos padronizados, indicadores de desempenho, rastreabilidade das ações e maior capacidade de governança. Além disso, contribui diretamente para a preservação da infraestrutura patrimonial ao manter em condições adequadas de uso portas, fechaduras, armários, cofres e demais dispositivos essenciais ao funcionamento das unidades.

Finalmente, a opção por lote único com um único prestador é tecnicamente fundamentada pela natureza sensível do serviço. O trabalho do chaveiro envolve acesso direto a informações e componentes críticos dos sistemas de travamento — incluindo padrões de cilindros, segredos mecânicos, configurações de chaves mestras e mapas de acesso. A pulverização dessa responsabilidade entre diversos fornecedores ampliaria significativamente os vetores de exposição, fragilizaria a cadeia de custódia, aumentaria o risco de inconsistências técnicas e dificultaria auditorias e responsabilizações. A centralização da execução em um único prestador permite controle rigoroso, padronização plena, resposta rápida a incidentes e rastreabilidade integral, assegurando maior proteção institucional. Diante disso, conclui-se que a contratação nos termos propostos apresenta plena adequação técnica, operacional e econômica para atender às necessidades do TJDF, sendo recomendável o prosseguimento da contratação.

Detalhamento da Solução

A prestação de serviços compreende a execução de atividades de chaveiro relacionadas à manutenção corretiva e preventiva, incluindo o fornecimento de materiais e mão de obra qualificada, nos seguintes termos:

1. Serviços de Abertura Técnica e Manutenção

A abertura técnica não destrutiva envolve o destravamento de portas, gavetas, armários, cofres e arquivos por meio de técnicas especializadas — como “mixagem” — e ferramentas apropriadas, garantindo a integridade da estrutura e dos componentes do mecanismo. A manutenção corretiva inclui desmontagem, limpeza, lubrificação com grafite em pó ou lubrificantes secos e ajuste de mecanismos internos. Os ajustes de ferragens abrangem regulagem de contra-testas, molas aéreas ou de piso e dobradiças, assegurando o correto fechamento e a funcionalidade dos dispositivos de travamento.

2. Sistemas de Cilindros e Mestragem (Núcleo de Segurança)

Os serviços incluem unificação e recombinação de segredos por meio da alteração da codificação interna dos cilindros, permitindo padronização conforme as necessidades de cada unidade. A padronização de mestragem deve observar rigorosamente a hierarquia de chaves mestras do TJDF, garantindo compatibilidade em substituições de cilindros. Em áreas sensíveis, exige-se o uso de cilindros de alta segurança, resistentes a técnicas como “bumping”, perfuração e cópia não autorizada.

3. Confeção e Duplicação de Chaves

As chaves devem ser confeccionadas exclusivamente em materiais de alta resistência, como latão ou ligas metálicas com acabamento cromado ou niquelado, sendo vedado o uso de materiais de baixa durabilidade. A modelagem por impressão permite a confeção de chaves a partir do cilindro, assegurando a integridade do padrão de segurança. Nas duplicações, devem ser utilizadas máquinas calibradas eletronicamente, garantindo precisão das cópias e prolongando a vida útil dos cilindros.

4. Fornecimento de Componentes (Ferragens)

As fechaduras e travas fornecidas devem atender à NBR 14913, que estabelece requisitos de desempenho e métodos de ensaio. Para portas externas ou áreas restritas, exige-se grau de segurança “Muito Alto” e resistência adequada à corrosão. Todos os componentes substituídos devem ser novos e originais, vedando-se o uso de peças recondicionadas.

5. Procedimentos de Segurança e Gestão

Os profissionais da contratada devem estar formalmente identificados e autorizados para atuar nas áreas atendidas. É proibida a retenção de moldes, cópias ou registros de segredos mecânicos. Após cada atendimento, deve ser realizada a limpeza do local, incluindo a retirada de limalhas e resíduos, bem como o recolhimento dos materiais substituídos para fins de logística reversa e comprovação documental de destinação.

10. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

(item obrigatório. Art. 18 §1º inc. VIII da Lei 14.133/2021)

Em observância ao disposto no art. 18, §1º, inciso VIII, e no art. 47, II, da Lei nº 14.133/2021, a esta equipe de contratações conclui pela inviabilidade técnica e pelo elevado risco institucional da fragmentação do objeto em lotes, optando-se pela adjudicação em Lote Único. Tal decisão fundamenta-se, primordialmente, na necessidade de preservação da segurança institucional e na redução estratégica de vetores de exposição.

A natureza do serviço de chaveiro no âmbito do Poder Judiciário transcende a mera manutenção predial, uma vez que envolve o manuseio de mapas de chaves mestras e o acesso a áreas de segurança máxima, como gabinetes, salas de TI e depósitos de bens apreendidos. O parcelamento multiplicaria o número de empresas e funcionários com conhecimento técnico sobre os segredos e dispositivos de travamento do Tribunal, aumentando a superfície de ataque. Conforme o princípio da segurança orgânica, quanto maior a pulverização do acesso a informações sensíveis, maior a probabilidade de desvios, cópias não autorizadas ou comprometimento de

sistemas, enquanto o lote único permite uma cadeia de custódia de informações muito mais rígida e controlável.

Ademais, a integridade e a padronização do sistema de mestragem são pilares centrais para a funcionalidade do TJDFT, que utiliza sistemas hierarquizados de acesso com chaves mestras e subníveis. A coexistência de múltiplos prestadores em diferentes lotes geográficos ou agrupamentos de Regiões Administrativas colocaria em risco a integridade deste sistema, pois intervenções realizadas por diferentes empresas podem gerar incompatibilidades técnicas nos cilindros e perfis de chaves, invalidando o plano de mestragem centralizado. A unicidade contratual, portanto, garante que todos os materiais, como o uso de latão e perfis de segurança específicos, e os procedimentos de instalação sigam um padrão rigoroso e homogêneo em todas as unidades, evitando o "caos técnico" derivado da aplicação de múltiplas metodologias de trabalho e garantindo a longevidade dos ativos.

Sob a ótica da responsabilidade civil e penal, a fragmentação do objeto dificultaria sobremaneira a identificação de autorias em caso de sinistros ou acessos não autorizados que ocorram sem sinais de arrombamento. Com a adoção de um prestador único, a rastreabilidade torna-se absoluta, permitindo que qualquer falha na guarda de segredos ou na execução técnica seja atribuída de forma inequívoca à detentora do contrato. O parcelamento, por outro lado, criaria uma indesejada "zona cinzenta" de responsabilidade, especialmente em unidades onde técnicos de diferentes empresas poderiam ter atuado em momentos distintos, comprometendo a eficácia de eventuais apurações administrativas ou judiciais.

Por fim, a solução converge para a eficiência administrativa e a economia de escala. Embora o parcelamento vise, em tese, ampliar a competitividade, no caso específico de serviços de chaveiro, o custo operacional de gerir múltiplos contratos — incluindo fiscalização, processamento de pagamentos e conferência de Ordens de Serviço (OS) — superaria qualquer suposta economia de preço obtida na licitação. O Lote Único permite ao Tribunal centralizar a gestão de riscos e garantir que a empresa contratada possua porte e capacidade técnica suficientes para atender prontamente a qualquer unidade, independentemente da localização, mantendo um nível de serviço (SLA) uniforme e padronizado.

Conclui-se, portanto, que o parcelamento é tecnicamente inviável e economicamente desvantajoso, sendo a contratação centralizada a medida que melhor atende ao interesse público e à proteção do patrimônio do Tribunal.

11 - RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação proposta não apenas soluciona o problema imediato relacionado à necessidade de restabelecimento de acessos físicos, mas também permite a incorporação de melhorias e práticas alinhadas às inovações introduzidas pela Lei nº 14.133/2021. Entre essas melhorias, destacam-se o controle digital e padronizado das Ordens de Serviço (OS), com histórico organizado por unidade e por tipo de ocorrência, possibilitando planejamento, fiscalização e auditoria mais eficientes. Somam-se a isso os relatórios mensais de desempenho, contendo indicadores como tempo de resposta, reincidência e consumo de peças, que contribuem para a manutenção preventiva e para a melhoria da previsibilidade operacional. Adicionalmente, a gestão sustentável de resíduos viabiliza o recolhimento e a destinação ambientalmente adequada de componentes metálicos e plásticos substituídos, fortalecendo o cumprimento de metas ambientais do PLS. Por fim, a adoção de critérios técnicos obrigatórios para substituições reduz desperdícios, favorece a rastreabilidade e contribui para uma gestão mais racional e sustentável dos recursos.

Em primeiro lugar, busca-se assegurar a continuidade operacional do TJDFT por meio do restabelecimento e da manutenção dos acessos físicos em condições adequadas de uso e segurança. A contratação pretende evitar que falhas em fechaduras, chaves, cilindros, cadeados ou demais dispositivos de travamento gerem indisponibilidade de ambientes essenciais ao desempenho das funções administrativas e jurisdicionais. Dessa forma, pretende-se reduzir interrupções das rotinas de trabalho e mitigar riscos associados à impossibilidade de acesso a gabinetes, salas de audiência, arquivos e áreas técnicas, garantindo a regularidade das atividades institucionais.

Também se espera que a contratação proporcione atendimento tempestivo e padronizado, especialmente em situações emergenciais, considerando a criticidade e a dispersão territorial das unidades do Tribunal. A padronização dos procedimentos de acionamento e atendimento, aliada à aplicação de SLA coerentes com a urgência de cada demanda, tende a elevar a previsibilidade das respostas, reduzir o tempo de indisponibilidade de acessos e evitar soluções improvisadas, promovendo maior confiabilidade no sistema de controle de acesso físico.

Outro resultado relevante é o fortalecimento da governança e da fiscalização da execução contratual. A exigência de OS completas — contendo diagnóstico, detalhamento do serviço executado, materiais aplicados, justificativa técnica e aceite — aprimora a rastreabilidade das ações, facilita auditorias internas e externas e amplia o controle administrativo sobre o que foi realizado, por quem e em que condições. Além disso, a manutenção sistemática de registros gera uma base histórica essencial para o planejamento, para a identificação de recorrências e para a melhoria contínua dos processos.

Do ponto de vista da economicidade, a contratação busca aprimorar a previsibilidade e o controle de custos por meio da medição por preço unitário, assegurando que o pagamento seja realizado apenas pelos serviços efetivamente executados e devidamente registrados em OS. Tal modelo reduz o risco de ociosidade característico de contratações por posto fixo, além de minimizar despesas indiretas decorrentes de retrabalho ou substituições desnecessárias. A exigência de justificativas técnicas para trocas de peças e a análise sistemática do histórico de execução, que evidencia itens de alta demanda e oscilações superiores ao quantitativo inicialmente contratado, fortalecem ainda mais a gestão eficiente dos recursos.

No âmbito socioambiental, espera-se alcançar redução de desperdícios e aprimoramento da gestão de resíduos, mediante o recolhimento das peças substituídas, das embalagens geradas e sua destinação ambientalmente adequada, preferencialmente por meio da reciclagem. O registro e a comprovação documental da destinação final reforçam a aderência da contratação às metas ambientais vigentes e ampliam a responsabilidade socioambiental institucional.

Por fim, almeja-se o fortalecimento da segurança institucional do Tribunal. O modelo adotado prioriza o controle, a rastreabilidade e a responsabilização, reduzindo a exposição de informações sensíveis relacionadas a chaves, sistemas de travamento e segredos mecânicos. Espera-se que a execução estruturada e a existência de registros detalhados contribuam para mitigar vulnerabilidades, reduzir incidentes de acesso indevido e proteger a integridade patrimonial e as áreas críticas do TJDFT.

14 - IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS DE TRATAMENTO

A prestação de serviços de chaveiro, embora não seja classificada como atividade de alto impacto poluidor, gera resíduos sólidos específicos e demanda consumo de recursos fósseis para deslocamento. Para mitigar esses efeitos, os seguintes impactos e medidas foram identificados:

1. Geração de Resíduos Sólidos e Logística Reversa

Impacto: Substituição de componentes metálicos (latão, aço, zamac e alumínio) e polímeros (capas de chaves e embalagens), que, se descartados incorretamente, sobrecarregam aterros sanitários e representam desperdício de materiais recicláveis.

Medida Mitigadora: Obrigatoriedade de Logística Reversa. A contratada deverá recolher todas as peças substituídas e dar a destinação ambientalmente adequada. A comprovação do descarte em entidades de reciclagem licenciadas será condição para o ateste das medições mensais, garantindo que o ciclo de vida dos metais seja fechado por meio da reintrodução na cadeia produtiva.

2. Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

Impacto: Como o serviço de chaveiro será acionado exclusivamente em situações emergenciais, as emissões atmosféricas decorrentes da queima de combustíveis fósseis restringem-se aos deslocamentos estritamente necessários para atendimento imediato em unidades do TJDFT. Dessa forma, não há geração de emissões associadas a visitas rotineiras, preventivas ou diagnósticas, reduzindo significativamente o potencial impacto ambiental em comparação a contratações que exigem circulação contínua de equipes.

Medida Mitigadora: Para minimizar as emissões vinculadas aos atendimentos emergenciais, o contrato adota modelo operacional de Lote Único, que permite que a empresa contratada organize sua base de atendimento de forma eficiente, garantindo deslocamentos mais curtos e trajetos otimizados. Além disso, o uso obrigatório de Ordem de Serviço (OS) digital elimina a necessidade de deslocamentos administrativos ou de confirmação presencial. A exigência de que todas as peças instaladas sejam novas, originais e de alta durabilidade (em conformidade com a NBR 14913) reduz ocorrências de retrabalho e evita atendimentos repetidos para correção de defeitos, o que, por consequência, diminui ainda mais a quantidade de deslocamentos emergenciais ao longo da vigência contratual. Essa combinação de fatores assegura que o impacto ambiental seja o mais baixo possível dentro do escopo do serviço.

3. Consumo de Recursos e Prevenção de Danos Patrimoniais

Impacto: Descarte prematuro de portas e ferragens devido ao uso de técnicas de abertura destrutivas ou materiais de baixa qualidade.

Medida Mitigadora: Priorização de técnicas não invasivas/não destrutivas e uso de lubrificantes secos (grafite). Ao evitar o dano à estrutura de madeira ou metal das portas, preserva-se o ativo imobiliário do Tribunal, reduzindo a necessidade de aquisição de novos bens e o consumo de recursos naturais para sua fabricação. A especificação de materiais novos e originais garante maior vida útil ao conjunto, combatendo a obsolescência programada.

4. Baixo Consumo de Energia e Outros Recursos

Impacto: Consumo de energia elétrica no uso de máquinas duplicadoras e ferramentas elétricas.

Medida Mitigadora: Orientação à contratada de que as máquinas duplicadoras e ferramentas elétricas utilizadas possuam tecnologias de baixo consumo energético (motores de alta eficiência). O uso de documentação digital (OS eletrônica e relatórios em PDF via SEI) elimina o consumo de papel e insumos de impressão, alinhando-se às metas de descarbonização e redução de custo administrativo do TJDFT.

Conclusão da Análise:

As medidas acima descritas transformam a contratação em um instrumento de sustentabilidade prática, onde a redução do impacto ambiental caminha em conjunto com a eficiência econômica, garantindo que o Tribunal cumpra sua função socioambiental sem comprometer a celeridade e a segurança operacional dos serviços.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA

(Item obrigatório. Art. 18 §1º inc. XIII da Lei 14.133/2021)

A contratação de serviços especializados de chaveiro sob demanda revela-se a solução mais adequada e tecnicamente viável para suprir a necessidade de segurança física e controle de acesso do TJDFT. A modelagem por preço unitário, com execução centralizada em lote único, foi estrategicamente escolhida por permitir uma gestão de riscos superior, garantindo a integridade do sistema de mestragem e a proteção de áreas sensíveis contra vazamentos de informações, o que seria impraticável em modelos fragmentados ou de credenciamento múltiplo. Esta escolha assegura que o Tribunal detenha controle absoluto sobre a cadeia de custódia de seus segredos e dispositivos de travamento.

Do ponto de vista da vantajosidade econômica, a solução mostra-se eficiente ao vincular o desembolso financeiro à demanda real e efetiva, eliminando custos com ociosidade de mão de obra (postos fixos) ou estoques de materiais obsoletos. A metodologia de dimensionamento, baseada no histórico real de execução de 2025, confere previsibilidade orçamentária, enquanto o modelo de pagamento por itens executados garante que não haja ônus para a Administração em caso de flutuações na demanda. A viabilidade técnica é reforçada pela exigência de conformidade com a NBR 14913 e pelo uso de técnicas não destrutivas, preservando o patrimônio imobiliário e estendendo a vida útil dos ativos.

No que tange ao alinhamento estratégico, o objeto está plenamente integrado ao Plano Estratégico do Tribunal e ao Plano de Logística Sustentável (PLS). A contratação promove a inovação por meio de ordens de serviço digitais e assegura a sustentabilidade ambiental através da logística reversa obrigatória de materiais metálicos. Tais medidas mitigadoras de impactos ambientais demonstram que a solução não apenas atende à necessidade imediata de segurança, mas o faz de forma responsável e moderna.

Conclui-se, portanto, que a contratação é plenamente adequada e necessária. Ela equilibra de forma rigorosa a segurança institucional, a eficiência administrativa e a responsabilidade socioambiental, constituindo o meio mais eficaz para garantir a continuidade das atividades jurisdicionais e a proteção do patrimônio público do TJDF.

Assinam este documento:

Integrantes da Equipe de Planejamento que participaram da elaboração do ETP (Caso haja designação)

Responsável pela elaboração do ETP (Caso não haja designação de equipe de planejamento)

Coordenador(a)

Secretário(a)



Documento assinado eletronicamente por **Norton Maxwell De Carvalho**, **Técnico Judiciário**, em 11/02/2026, às 15:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Igor Martins da Silva**, **Técnico Judiciário**, em 11/02/2026, às 16:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Flavio de Oliveira Vieira da Costa**, **Técnico Judiciário**, em 11/02/2026, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Enio Gonçalves de Almeida**, **Coordenador(a)**, em 12/02/2026, às 14:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Wanderson Jose Gomes do Carmo**, **Técnico Judiciário**, em 12/02/2026, às 17:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tjdft.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4962168** e o código CRC **2C309130**.